

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

RESIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO

NATAL

2022

SUMÁRIO

Identificação do Programa.....	2
Justificativa e Objetivos	2
Dados Gerais do Programa.....	6
Credenciamento de Instituições Parceiras	7
Formação de Turmas	7
Processo Seletivo de Residentes.....	8
Metodologia de Ensino-Aprendizagem	8
Sistema de Avaliação.....	12
Fontes de Recursos	12
Corpo Docente.....	13
Disciplinas	14

RESIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO

Proposta de Programa de Pós-Graduação Lato Sensu,
em Nível de Especialização

Identificação do Programa

Denominação: Programa de Residência em Políticas Públicas e Inovação

Forma de oferta: cursos ofertados por demanda específica

Modalidade: Presencial

Unidade Responsável: Núcleo Avançado de Políticas Públicas (NAPP)/Instituto de Políticas Públicas (IPP/UFRN)

Justificativa e Objetivos

A presente proposta de residência justifica-se por uma dupla necessidade: a) contribuição com a profissionalização da administração pública no Rio Grande do Norte e b) apoio à inserção dos egressos do Campo de Públicas no mercado de trabalho.

No que tange à primeira necessidade, torna-se necessário apresentar, de forma breve, o cenário da administração pública brasileira que, igualmente, se evidencia no Rio Grande do Norte. No Brasil, o contexto administrativo em que são geridas as políticas públicas é pautado por um viés híbrido com continuidades e descontinuidades de modelos que se cruzam em diferentes unidades organizacionais, níveis hierárquicos e regiões geográficas (SECCHI, 2009).

A administração pública genuinamente brasileira, surgida com a independência do país, pauta as bases iniciais da atuação do Estado e deixa marcas pelos três séculos de colonialismo português, pautando-se em uma combinação de um centralismo excessivamente regulamentador com o patrimonialismo local (ABRUCIO e LOUREIRO, 2018). Tal cenário se amplia no cenário do Império, quando a alta burocracia era, no geral, selecionada entre os membros com maior qualificação educacional da elite brasileira com base na meritocracia e nos relacionamentos pessoais de apadrinhamento. Até 1930, portanto, a estrutura da administração pública no Brasil se caracterizou pelo patrimonialismo com baixo volume de políticas públicas – e, conseqüentemente, um frágil desempenho estatal. Durante o governo de Getúlio Vargas, a primeira iniciativa de reforma do aparato estatal brasileiro inseriu viés burocrático-

weberiano, na atuação no Estado, pautando-se na criação de uma burocracia pública competente, a fim de buscar, sobretudo, a modernização econômica.

Neste momento, iniciam-se as interseções entre as gramáticas políticas no Brasil (NUNES, 2010): tendo em vista que o padrão clientelista e a patronagem se encontraram com o paradigma daspiiano de Vargas, que conduzia ao insulamento do sistema político. O regime militar implantado em 1964 continuou com a política de fortalecimento do aparato estatal nos moldes varguistas, reforçando a alta burocracia insulada e as agências estatais. Em 1967, a uma Reforma foi concretizada a partir do Decreto-Lei no 200/1967, instituindo mudanças em autarquias, fundações, empresas públicas e empresas de economia mista, a partir de uma atuação descentralizada e um modelo administrativo flexível, a fim de conferir maior capacidade de recrutamento em termos de agilidade e maior liberdade na gestão dos recursos públicos.

Com o contexto de redemocratização, o enfoque foi a reconstrução da burocracia federal. Esse movimento se situa no contexto internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, esse movimento ganhou força nos anos 1990 com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial. A ideia principal era transformar a cultura burocrática do Estado em uma cultura gerencial.

Nesse contexto, ideias e ferramentas de gestão utilizadas no setor privado, foram “criticamente” adaptadas ao setor público, tais como os programas de qualidade e a reengenharia organizacional (ABRUCIO e LOUREIRO, 2018). Neste modelo, o núcleo estratégico concentra a formulação e a avaliação das políticas públicas e delega sua implementação para as instituições descentralizadas da administração indireta, como as autarquias e fundações públicas.

Este cenário de múltiplos atores se amplia ainda mais, tendo em vista que a redemocratização também estimulou a reivindicação da cidadania e o fortalecimento do papel da sociedade civil na condução da vida política do país, questionando o Estado como único protagonista da gestão pública. Dessa forma, surge a concepção que busca ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para possibilitar um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas (ABRUCIO e LOUREIRO, 2018).

Nesse cenário, as organizações tornaram-se mais complexas (FISCHER, 2007). Com a multiplicidade de atores, novos arranjos institucionais devem organizar a participação nas diferentes esferas governamentais, e tornar mais dinâmicas as organizações públicas para que possam dar conta das demandas que se ampliam com a democracia e com o rol de direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

O perfil desafiador da administração pública brasileira, portanto, requer um gestor público com habilidades de negociação e com formação capaz de aliar a técnica e a política. Nesse sentido, o “gestor do desenvolvimento social movimenta-se entre opostos, conciliando conhecimentos, ética e efetividade. É um mediador entre pessoas (dimensão individual), coletividades (dimensão relacional) e inteorganizacional ou entre redes (dimensão transacional) (FISCHER, 2009, p. 4).

A formação obtida no Campo de Públicas (CP) foi pensada a partir desses desafios. A partir de uma característica multidisciplinar, o CP volta-se ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Tem como princípios uma formação pautada no ethos republicano e democrático, remetendo-se à responsabilidade pela coisa pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado; a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais; e a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento que se alinham (BRASIL, 2014).

De acordo com a Resolução nº 1/2014 -CNE, que instituiu as DCNs de Administração Pública, objetiva-se propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

Esta formação, portanto, se apresenta como ideal para a composição de quadros na administração pública brasileira. Contudo, a formação recente do Campo de Públicas no Brasil ainda se configura como elemento justificador para certo desconhecimento em relação à sua existência. Frise-se que as DCNs da área só foram publicadas em 2014 e a expressão Campo de Públicas completou 10 anos no Brasil, tendo sido utilizada originalmente por docentes e discentes dos cursos de graduação (COELHO et al, 2020).

Desse modo, a presente proposta de residência conduzirá a ampliação da inserção de novos gestores na administração pública no Rio Grande do Norte (tanto em nível municipal, quanto estadual), contribuindo com o fortalecimento da gestão pública e das políticas públicas. Vale ressaltar que tal reforço se justifica em múltiplas escalas e poderes, refletindo-se em uma diversidade de parcerias que poderão ser realizadas entre organizações públicas e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além disso, cumprirá a meta de apoiar a inserção dos egressos do Campo de Públicas no mercado de trabalho, aqui apresentada como uma segunda justificativa para a criação do projeto de residência.

A proposta está orientada a partir da Resolução nº 008/2022-CONSEPE, de 21 de junho de 2022, a qual lista a residência, em seu artigo 7º, como um dos cursos de pós-graduação lato sensu da UFRN, conceituando-a como programas “que visam à educação em serviço para favorecer a inserção qualificada de novos profissionais no mercado de trabalho”. De acordo com o artigo 98 da referida resolução, a residência consiste em uma modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, sob a forma de curso ou programa de especialização de nível superior de educação continuada, caracterizado por ensino em serviço, podendo incluir ações de pesquisa, extensão e estímulo à inovação. Este normativo faculta a possibilidade de que tais cursos sejam ofertados pela UFRN em parcerias com outra organização conveniada.

Neste cenário normativo, a residência proposta se configurará como um curso de especialização, relacionado ao Campo de Públicas e às Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública, com foco, especificamente, em políticas públicas e inovação na gestão pública a ser ofertado sob demanda, a partir de parcerias firmadas com outras instituições (conforme art. 97, I, e 101 da Resolução nº 008/2022-CONSEPE), sejam elas de âmbito local, regional, nacional ou internacional.

Além disso, é importante dizer que a presente proposta atende ao PDI da UFRN (2020-2029) no que tange à Política de Inovação, tratada como um tema abrangente e transversal, e visa concretizar uma ação institucional transformadora no contexto das atividades da Universidade (PDI, 2020). Segundo o PDI da UFRN:

(...) esse caráter transversal deve ser entendido de forma ampliada, envolvendo o tripé ensino-pesquisa-extensão, além de auxiliar na atualização contínua das práticas de gestão. Nessa perspectiva, a formação acadêmica de excelência global envolve a necessidade de reflexão contínua sobre as práticas de ensino frente aos novos desafios de uma sociedade cada vez mais digital e ao mesmo tempo com diversas barreiras de cunho social. Desse modo, as iniciativas relacionadas às práticas pedagógicas inovadoras devem ser estruturadas e disseminadas de modo a se ter um ambiente de inovação ampliado no ensino. Além disso, a criação e a reestruturação dos cursos devem se consubstanciar, balizadas em uma perspectiva alinhada aos desafios globais de formação no ensino superior. Para que a formação universitária esteja em consonância com as demandas atuais da sociedade, faz-se necessária a convergência de uma série de elementos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem nesse contexto (UFRN – PDI, 2021, p. 101-102).

Portanto, a partir da política de inovação estabelecida pela resolução do CONSEPE, em um dos seus eixos norteadores (Inovação no ensino) ressaltamos que a proposta de Residência aqui apresentada tem como objetivo possibilitar o conhecimento de ferramentas, produtos e processos que auxiliem na apropriação de práticas pedagógicas inovadoras que gerem políticas públicas inovadoras.

Além disso, destaca-se seu alinhamento à política de inovação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituída pela Resolução nº 005/2022-CONSEPE, a partir do objetivo de instituições de parcerias voltadas à capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual em cursos de graduação e pós-graduação, de formação transversal complementar (art. 3º, VIII).

Dados Gerais do Programa

- **Público-alvo:** profissionais recém-formados ou disponíveis no mercado de trabalho (a depender da demanda da instituição parceira – com especificação em cada edital de processo seletivo) que atuem ou queiram atuar na profissionalmente em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor.
- **Número de vagas por turma:** Máximo de 30 alunos.
- **Local de funcionamento:**
 - **modalidade presencial:** Laboratórios e salas de aula da UFRN - Setor II, Bloco I - Turno Matutino (atividades de capacitação), e ambientes de trabalho da instituição parceira - Turnos Matutino ou Vespertino (atividades práticas);

- **Duração:** 18 meses
- **Periodicidade de abertura de turmas:** Contínuo
- **Semestre de início das turmas:** Preferencialmente, primeiro semestre de cada ano (previsão).
- **Horários e dias de funcionamento:** As aulas teóricas, especificamente, serão realizadas entre segunda e sexta-feira, no turno matutino. Quanto às atividades práticas, o programa de residência funcionará, preferencialmente, de segunda a sexta, nos horários de funcionamento da instituição parceira, podendo haver ajustes de acordo com a disponibilidade do corpo docente e com demandas da própria instituição parceira e da UFRN.
- **Carga horária:** A carga horária total do curso é de **2.250 horas**, estruturadas da seguinte forma:
 - **Componentes curriculares:** 810 horas
 - **Atividades práticas na instituição parceira:** mínimo de 1440 horas
- **Dedicação semanal dos residentes na instituição parceira:** 30 horas semanais.
- **Coordenação pedagógica:** A definir
- **Gerente operacional:** A definir
- **Membros do corpo docente:** Professores doutores do Instituto de Políticas Públicas e docentes externos convidados com, no mínimo, mestrado.
- **Secretária:** A definir

Credenciamento de Instituições Parceiras

As instituições interessadas em serem parceiras do programa, serão habilitadas a partir de sua manifestação de interesse em participar do mesmo. Neste processo, deve ser verificado se a instituição candidata possui ambiente de trabalho compatível com o esperado para receber residentes do programa. A quantidade de vagas a ser ofertada para cada instituição depende de sua demanda (com limitação de 30 alunos por turma) e da capacidade do programa em realizar esse atendimento.

Formação de Turmas

A formação de turmas será realizada a partir da realização de parceria formal com instituições interessadas e da realização de processo seletivo. As novas turmas serão iniciadas, preferencialmente, no primeiro semestre.

Processo Seletivo de Residentes

Um edital de seleção de residentes será utilizado para permitir que candidatos se inscrevam para participar do programa. Ao se inscrever, o candidato deverá submeter sua documentação e realizar as demais atividades previstas no processo seletivo conforme edital.

A instituição que for receber residentes poderá participar ativamente do processo seletivo (a partir da composição de comissão mista com representantes do programa e da instituição), realizando, por exemplo, a análise de currículo e entrevistas, de forma a identificar quais candidatos têm perfil mais apropriado para desempenhar atividades em seus projetos.

Metodologia de Ensino-Aprendizagem

O residente participará da residência dividindo-se em atividades de:

- Qualificação em nível de pós-graduação, por meio de aulas teóricas, palestras e trabalho de conclusão de curso.
- Vivência prática em uma instituição parceira, realizando atividades relacionadas à administração pública (com foco na gestão de políticas públicas e inovação na gestão pública), conforme definido em seu plano de trabalho.

A carga horária (CH) total da residência em Políticas Públicas e Inovação é de 2400 horas que serão distribuídas considerando-se as seguintes atividades:

- 810 horas nos componentes curriculares dos seguintes eixos:
 - Formação Geral (120 horas)
 - Formação Específica (mínimo de 240 horas)
 - Aprendizado Baseado em Produtos (450 horas)
- Atividades práticas na instituição parceira (mínimo de 1440 horas).

Durante todos os 18 meses de residência ocorrem atividades referentes ao eixo APRENDIZADO BASEADO EM PRODUTO. Palestras poderão ser utilizadas para complementar a formação dos residentes, de acordo com as necessidades das instituições.

A partir do último período, os alunos irão realizar o desenvolvimento de trabalho de conclusão de curso. O trabalho de conclusão é de caráter individual e deve se constituir como uma análise de dados coletados pelo discente em sua atuação prática. O TCC não se confunde com os produtos elaborados pelo discente ao longo da residência. A proposta de TCC e o orientador do trabalho deverão ser aprovados pela coordenação do curso. Qualquer professor da residência pode ser orientador de um ou mais trabalhos de conclusão de curso.

A formação específica poderá contar com disciplinas de tópicos especiais no tema específico da especialização proposta, as quais atenderão às necessidades específicas da instituição parceira. Componentes curriculares adicionais poderão vir a ser oferecidos como optativos, visando ampliar a formação dos residentes, caso seja de interesse da instituição parceira.

Os quadros a seguir detalham as cargas horárias totais:

FORMAÇÃO GERAL	
COMPONENTE	CH
Políticas Públicas baseadas em evidências	30
Administração Pública no Brasil	60
Inovação na Gestão Pública	30
TOTAL	120

FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
COMPONENTE	CH
Políticas Públicas	60
Tópicos Especiais em Inovação	30
Governança no Setor Público	60
Metodologias Participativas de Gestão	30
Tópicos Especiais I	30
Tópicos Especiais II	30
TOTAL	240

APRENDIZADO BASEADO EM PRODUTOS	
COMPONENTE	CH
Aprendizado Baseado em Produtos I	90
Aprendizado Baseado em Produtos II	90
Aprendizado Baseado em Produtos III	90
Aprendizado Baseado em Produtos IV	90
Aprendizado Baseado em Produtos V	90
Pré-Projeto de TCC	0
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	0
TOTAL	450

Durante o componente Aprendizado Baseado em Produtos I, os discentes, com apoio dos docentes e do gerente operacional, levantarão os principais problemas enfrentados pela instituição parceira no que tange à gestão interna, gestão de políticas públicas e ausência de estratégias inovadoras. Essas informações serão coletadas e organizadas de maneira a guiar e fomentar as discussões em sala de aula e a definir os produtos a serem utilizados no eixo APRENDIZADO BASEADO EM PRODUTOS. O componente Aprendizado Baseado em Produtos I deverá ser ofertado no primeiro semestre de cada turma.

A Figura abaixo apresenta a distribuição das atividades ao longo do período da residência.

EIXO	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2	SEMESTRE 3	SEMESTRE 4
FORMAÇÃO GERAL	Políticas Públicas baseadas em evidências (30h) Inovação na Gestão Pública (30h)	Administração Pública no Brasil (60h)	-	-
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Políticas Públicas (60h) Tópicos Especiais em Inovação (30h)	Governança no Setor Público (60h) Tópicos Especiais I (30h)	Metodologias Participativas de Gestão (30h) Tópicos Especiais II (30h)	-
APRENDIZADO BASEADO EM PRODUTOS	Aprendizado Baseado em Produtos I (90h)	Aprendizado Baseado em Produtos II (90)	Aprendizado Baseado em Produtos III (90) Pré-Projeto de TCC	Aprendizado Baseado em Produtos IV (90) Aprendizado Baseado em Produtos V (90) Trabalho de Conclusão de Curso
TOTAL	210h	240h	150h	180h

- As atividades práticas dos residentes serão supervisionadas por preceptor indicado pela instituição parceira, pelos professores dos componentes de Aprendizado Baseado em Projetos e pelo coordenador da turma.
- Poderão ser realizadas turmas mistas: com discentes externos e servidores do órgão parceiro. Nesse caso, a instituição parceira deverá garantir condições para a adequada participação do servidor nas atividades teóricas e práticas.
- No caso de turmas mistas, em relação aos alunos participantes do curso que sejam funcionários da instituição parceira e que não recebem bolsa, não será

necessário o cumprimento extra nas atividades práticas (1440h práticas), desde que o servidor atue diretamente na área do programa e na elaboração dos produtos orientados durante a sua carga horária de trabalho.

Sistema de Avaliação

Durante o curso de residência os discentes serão avaliados por meio das seguintes estratégias:

- Avaliações obrigatórias realizadas nos componentes curriculares, usando critérios acadêmicos de cursos de pós-graduação;
- Avaliação de desempenho nas atividades práticas dentro da instituição parceira ao qual o residente esteja vinculado. Essa avaliação será de responsabilidade do preceptor e do coordenador da turma (em conjunto), e será realizada através de critérios (cumprimento de tarefas e horários, etc.) e conceitos (satisfatório, muito satisfatório, regular, insatisfatório, etc.) definidos pela coordenação do programa;
- Trabalho de Conclusão de Curso: todos os trabalhos serão avaliados por uma banca composta por, no mínimo, 3 examinadores - o orientador, outro professor da residência e um profissional da instituição parceira.

As instituições parceiras também serão avaliadas, por meio de aspectos como:

- Avaliação por parte do residente sobre ambiente de trabalho e qualidade de acompanhamento pelo seu preceptor;
- Cumprimento de suas obrigações de contrapartida junto ao Programa.

Poderá ser realizado um workshop ao final de cada turma da residência, visando à apresentação dos resultados obtidos na residência para a instituição parceira e para a comunidade em geral, como uma das ações de extensão realizadas ao longo do curso.

Fontes de Recursos

A instituição parceira é responsável pelo custeio das turmas de residência vinculadas a ela, bem como, das bolsas de estudo desses residentes, implantada via UFRN ou algum outro órgão que possua esta capacidade. Cada turma terá um

demonstrativo financeiro a ser encaminhado para as instâncias superiores para aprovação.

Corpo Docente

O corpo docente previsto inclui os professores listados abaixo, podendo variar de acordo com a disponibilidade durante a execução de cada turma.

Matrícula	Nome do Professor	Titulação	Instituição	Lattes
1524290	ALAN DANIEL FREIRE DE LACERDA	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/4585711088362457
2432718	ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/8083307867459651
4881313	ANDERSON CRISTOPHER DOS SANTOS	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/9314022204497649
1308779	ANDREA CRISTINA SANTOS DE JESUS	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/7860474832889431
1014897	CLAUDIO ROBERTO DE JESUS	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/6041105387732908
1958900	FABIO FONSECA FIGUEIREDO	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/3895306086709129
1715135	JOANA TEREZA VAZ DE MOURA	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/1003674384958659
1678705	LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/6024881677470158
6347581	MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/8998937158872406
1410678	RAQUEL MARIA DA COSTA SILVEIRA	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/8919649299739496
2712875	ROBERIO PAULINO RODRIGUES	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/7617332783433199
1715152	SANDRA CRISTINA GOMES	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/4344381187418239
2758574	SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/5457263655417572
2621706	SORAIA MARIA DO SOCORRO CARLOS VIDAL	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/6734532008785730

3180158	WINIFRED KNOX	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/2625258486157658
2374871	ZORAIDE SOUZA PESSOA	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	UFRN	http://lattes.cnpq.br/7738736219606737

DISCIPLINAS

FORMAÇÃO GERAL

DISCIPLINA: Políticas Públicas baseadas em evidências

EMENTA: O uso de evidências nas diversas etapas do ciclo das políticas públicas. A produção de evidências na gestão pública. Dados e informações como base para evidências. As diversas fontes de dados e como utilizá-las. Coleta e análise de dados para a produção de evidências. O público-alvo das políticas públicas e as evidências. Experiências nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA:

BANKS, Gary Evidence-based policy making: What is it? How do we get it? Canberra: ANZSOG, 2009.

CAIRNEY ,Paul. Evidence-based best practice is more political than it looks: a case study of the ‘Scottish Approach’. Evidence & Policy. vol 13. Nº 3. 499–515. 2017

FERNANDES, Ivan. Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. Boa Vista: Editora IOLE, 2022

HEAD, Brian. Evidence-based policy: principles and requirements. Strengthening Evidence-Based Policy. 2010

KOGA, Natália Massaco; MOURA, Pedro Lucas de Palotti; COUTO, Bruno Gontyjo do; LINS, Rafael da Silva; NASCIMENTO, Maricilene Isaira Baia do. O uso de múltiplas fontes de informação nas políticas públicas: um olhar sobre a burocracia federal brasileira. Rev. Adm. Pública 55 (5). 2021

PERES, Glauco. Desenho de pesquisa. Brasília: ENAP. 2018

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual. ENAP. Texto para discussão. Rio de Janeiro, abril de 2020.

SCHLAUFER, Caroline. The Narrative Uses of Evidence. *The Policy Studies Journal*, Vol. 46, No. 1, 2018.

DISCIPLINA: Administração Pública no Brasil

EMENTA: Formas e modelos da Administração Pública. Tendências e paradigmas da Administração Pública Brasileira. Reformas administrativas. Nova Gestão Pública. Instrumentos de Controle. Desenvolvimento de indicadores no setor público.

BIBLIOGRAFIA:

ABRUCIO, F. L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. *Desigualdade & Diversidade*, Dossiê especial, p. 119-142, dez. 2011

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria. Burocracia e Ordem Democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES et al (Orgs.) *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas*. IPEA: ENAP p.23-57, 2018.

BEHN, R. D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. *Revista do Serviço Público*, v. 49, n. 4, p. 5-45, out./dez. 1998.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle*. Brasília: Mare, 1997.

CARDOSO, Regina L. S. *Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público*. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, Ano 50, n. 1, p. 5-35, jan./mar. 1999

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1996.

ROUBAN, L. Politização da administração pública. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Orgs.). *Administração pública: coletânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DISCIPLINA: Inovação na Gestão Pública

EMENTA: Importância da Inovação no Setor Público. Conceitos de Inovação na Administração Pública. O Paradigma Gerencialista e a sua relação com a inovação. Tipos de Inovação. Processo de Implementação de Inovação. Difusão da Inovação. A relação da inovação com a Cultura organizacional. Indutores, capacidades e barreiras à inovação na administração pública brasileira. Liderança e Inovação.

BIBLIOGRAFIA:

FARAH, M. F. S. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. Revista Organizações & Sociedade, 15(45), 10-126. 2008.

MERGEL, I.; DESOUZA K. C. "Implementing open innovation in the public sector: The case of Challenge. gov." Public administration review 73.6, p 882-890, 2013.

PAULA, Ad; KEINERT, TM. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). Cadernos EBAPE.BR. 3, 744, 2016.

FORMAÇÃO ESPECÍFICA

DISCIPLINA: Políticas Públicas

EMENTA

O estudo de políticas públicas como um campo interdisciplinar. Tipologias e conceitos para a análise de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. O processo de elaboração das políticas públicas: a aparição dos problemas públicos e sua entrada na agenda pública. Formulação das alternativas. A tomada de decisão. A implementação e a avaliação das políticas públicas. Políticas públicas setoriais.

BIBLIOGRAFIA:

ARRETCHE, Marta. A agenda institucional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22(64), 147-151. 2007.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: E. M. Rico (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. (2a ed, pp. 29-39). São Paulo, Brasil: Cortez, 1999.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: O. A. Santos Júnior (Org.). Políticas públicas e Gestão. Rio de Janeiro, Brasil: Fase, 2003.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: G. Hochman, M. Arretche & E. Marques (Orgs.). Políticas públicas no Brasil (pp. 87-122). Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2007.

DEUBEL, André Noel Roth. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FARIA, Carlos Aurélio. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (orgs). A Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

FARIA, Carlos Aurélio. Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática. Belo Horizonte, Brasil: Ed. PUC Minas. 2012.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n.21, 211-259, junho de 2000.

HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.). Políticas Públicas (Coletânea, volume 2, pp. 61-90). Brasília, Brasil: ENAP, 2006.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? In: E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.). Políticas Públicas. (Coletânea, volume 1, pp. 219-224). Brasília, Brasil: ENAP, 2006.

KINGDON, John. Juntando as coisas. In: E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.). Políticas Públicas. (Coletânea, volume 1, pp. 225-246). Brasília, Brasil: ENAP, 2006.

LIMA, Luciana Leite; STEFFEN, Mariana; D'ASCENZI, Luciano. Políticas Públicas. In: Lima, Luciana Leite, D'ascenzi, Luciano (Orgs.). Políticas Públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LIMA, Luciana; Schabbach, Letícia (Orgs.) Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: C. A. Faria (org).

Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática. Belo Horizonte, Brasil: PUCMINAS, 2012.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: CórteX. Editora IEE – PUC /SP, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

SARAVIA, Enrique; Ferrarezi, Elisabete (Orgs.) (2006). Políticas públicas; coletânea Brasília: ENAP.2007.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. (2a ed.). São Paulo, Brasil: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: Conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Cengage, 2019.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: G. Hochman, M. Arretche & E. Marques (Orgs.). Políticas públicas no Brasil (pp. 65-86). Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2007.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Inovação

EMENTA: Bem público e casos de gestão inovadora no setor público; inovação na perspectiva multiatores; debate de casos de sucesso relacionados com a proposta da turma.

BIBLIOGRAFIA:

CAVALCANTE, Pedro (et al.). Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Enap: IPEA, 2017.

DAGNINO, Renato; CAVALCANTI, Paulo A.; COSTA, Greiner. Gestão Estratégica Pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública (RAP), 40(3):479-99, Maio/Jun, 2006.

SANO, Hironobu. Laboratórios de Inovação no Setor Público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: Enap Cadernos, 2020. 45 p.

SPINK, Peter K. Inovação na perspectiva dos inovadores: a experiência do Programa Gestão Pública e Cidadania. Cadernos Ebape, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000200002.

DISCIPLINA: Governança no setor público

EMENTA: Governança um novo processo de governo. Agentes de governança e suas funções. Práticas e aplicações de governança no setor público. Transparência, equidade e accountability. Implementação dos princípios de governança na realidade da Administração pública no Brasil. Instrumentos de gestão e governança nas políticas setoriais.

BIBLIOGRAFIA:

BARRETO, RODRIGO TAVARES DE SOUZA e VIEIRA, JAMES BATISTA. Os programas de integridade pública no Brasil: indicadores e desafios. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2021, v. 19, n. 3 [Acessado 21 Julho 2022] , pp. 442-463. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120200069>>. Epub 13 Set 2021. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200069>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Dez passos para a boa governança / Tribunal de Contas da União. Edição 2 – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2014. 91 p.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança multinível em políticas públicas descentralizadas / Tribunal de Contas da União, Instituto Rui Barbosa, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc), 2021. 52 p.

BUTA, Bernardo Oliveira e Teixeira, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. Organizações & Sociedade [online]. 2020, v. 27, n. 94 [Acessado 21 Julho 2022] , pp. 370-395. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-9270941>>. Epub 10 Ago 2020. ISSN 1984-9230. <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda, Almeida, Lindijane de Souza Bento (Orgs.) Governança de regiões metropolitanas: contribuições à luz do Estatuto da Metrópole - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021. 284 p.

COREZOLA, Fernanda Costa; CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. Institucionalização da inovação na agenda governamental: polos tecnológicos no estado do Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2021, n. 36 [Acessado 21 Julho 2022] , e244145. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.244145>>. Epub 29 Out 2021. ISSN 2178-4884. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.244145>.

CRUZ, Tássia, Michener, Gregory e Andretti, Bernardo. Transparência interna: cumprimento e punição no processo orçamentário municipal brasileiro. *Revista de Administração Pública* [online]. 2021, v. 55, n. 2 [Acessado 21 Julho 2022], pp. 357-377. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190362>>. Epub 05 Maio 2021. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190362>.

MATIAS-PEREIRA, José. *Governança no Setor Público*. Atlas, 2018. 283p.

SANT'ANNA, Alessandra de, QUEIROZ, Exzovildres e MARCHI, Jamur Johnas. Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2020, v. 21, n. 3 [Acessado 21 Julho 2022], pp. 597-613. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2379>>. Epub 26 Out 2020. ISSN 1984-042X. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2379>.

DISCIPLINA: Metodologias Participativas na Gestão

EMENTA: Metodologias participativas e construção de uma gestão compartilhada. Método e metodologia na elaboração de projetos sociais. O orçamento participativo.

BIBLIOGRAFIA:

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Jun, vol.14, no.1, 2008, p.43-64.

BEST, N. J. (et all). Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, vol. 9, 2010, p.105-124.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84 p. (Coleção primeiros passos 95).

BROSE, M. (Org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, p.253.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. (2004). *Governança e accountability: algumas notas introdutórias*. (Texto para discussão nº 13). Belo Horizonte, Brasil: Fundação João Pinheiro.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo, Cortez editora, 1988.

GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. *Saúde e*

Sociedade, Volume: 13, Número: 2, 2004.

KLAUS, F. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? *Política e Sociedade*, nº 5, outubro de 2004, p.119-138.

LUBAMBO, C.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (org.). *Desenho institucional e participação política – experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos Gestores e no orçamento participativo. *Salvador: Caderno CRH*, vol. 21, nº 52, 2008, p.87-97.

MAIA, R. C. M. (et all) Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.446-477.

MAXIMIANO, A. C. A. *Gestão Participativa. Das boas intenções aos resultados*. RAE Light. Julho/Agosto, 1994.

MILANI, C.. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública*, RAP, Rio de Janeiro, 42(3):551-79, maio/jun. 2008.

SAMPAIO, R. C. Governança eletrônica no brasil: limites e possibilidades introduzidos pelo orçamento participativo na internet. *planejamento e políticas públicas | ppp | n. 33 | jul./dez. 2009*.

SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em perspectiva*, 15(4) 2001, p.85-97.

SPINK, P.; CLEMENTE, R. (Orgs.). *20 experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I

EMENTA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência

BIBLIOGRAFIA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II

EMENTA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência

BIBLIOGRAFIA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência

NÚCLEO APRENDIZADO BASEADO EM PROJETO

DISCIPLINA: Aprendizado Baseado Em Produtos I

EMENTA: Problema Público. Identificação, discussão e priorização de problemas nas políticas públicas. A multicausalidade do problema público. Atores e arenas públicas no debate dos problemas públicos. Estudo e aplicação das técnicas de estudo do problema público.

BIBLIOGRAFIA:

BIRKLAND, T. A. An Introduction to the Policy Process. London: Routledge. 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de Políticas. Brasília: Enap, 2018.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas. NOVOS ESTUD. CEBRAP. SÃO PAULO, V36.01. 187-213. Março, 2017

LANÇA, Isabel Babo. A construção dos problemas públicos. elementos para uma análise do caso Timor

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior. 2008.

DISCIPLINA: Aprendizado Baseado em Produtos II

EMENTA: Planejamento governamental/instrumentos: conceitos, fases e instrumentos de planejamento em políticas públicas. O planejamento governamental. O planejamento estratégico e participativo. Evolução do Planejamento no Brasil. Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Lindijane; LAISNER, Regina (Orgs.). Políticas Públicas e Participação Social. Natal:

EDUFRN, 2018.

DE MARTINO JANNUZZI, Paulo; DE CARLO, Sandra. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. Bahia Análise & Dados, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2019.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.

PIRES, Valdemir. Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz. Barueri: Manole, 2001. 149 p.

SILVA, Marcos José Pereira. Onze passos do planejamento estratégico participativo. In: BROSE, M. (org) Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. 2. ed., Porto Alegre: Tomo, 2010, p. 163-180.

TONI, Jackson de. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento (RBPO), v. 4, n. 1. 2014.

TONI, Jackson de. O que é o planejamento estratégico situacional? Revista Espaço Acadêmico, n. 32, jan. 2004

DISCIPLINA: Aprendizado Baseado em Produtos III

EMENTA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência e da demanda de produtos da instituição parceira

BIBLIOGRAFIA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência e da demanda de produtos da instituição parceira

DISCIPLINA: Aprendizado Baseado em Produtos IV

EMENTA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência e da demanda de produtos da instituição parceira

BIBLIOGRAFIA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência e da demanda de produtos da instituição parceira

DISCIPLINA: Aprendizado Baseado em Produtos V

EMENTA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência e da demanda de produtos da instituição parceira

BIBLIOGRAFIA: A definir, de acordo com o enfoque de cada turma de residência e da demanda de produtos da instituição parceira



Emitido em 26/09/2022

PROPOSTAS Nº 781/2022 - IPP (13.33)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/11/2022 15:59)

LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

DIRETOR - TITULAR

IPP (13.33)

Matrícula: ###787#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrn.br/documentos/> informando seu número: **781**, ano: **2022**, tipo:
PROPOSTAS, data de emissão: **10/11/2022** e o código de verificação: **08b3e45c13**